

A questão socioambiental na região do cerrado no centro-oeste brasileiro

Márcio Henrique Pereira

Doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília
Pesquisador do GETeM (Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais) da
Universidade Federal de Goiás – câmpus de Catalão (GO)

O. Introdução

Hoje, no Brasil, se faz urgente uma política de dimensão socioambiental eficiente e integral, em todo o território nacional e, notadamente, na região centro-oeste do país. Devido à negligência com o meio ambiente natural, as pessoas das comunidades arraigadas nos costumes tradicionais (como camponeses e outros), saem dos seus lugares seculares ou se vêm explorados em grande medida onde se encontram. Não há uma política transversal de valorização dos modos de vida das comunidades tradicionais. As previsões, mesmo as mais otimistas, consideram que em trinta anos não haverá mais a vegetação típica do cerrado em consequência da desastrosa política de crescimento econômico engendrada desde a colonização do Brasil e recrudescida recentemente.

As pessoas, sem opções de trabalho e sustento, estão obrigadas à destruição do meio ambiente, com grande devastação da cobertura vegetal e com nenhum cuidado com a biodiversidade local. Para piorar a situação, não há políticas ambientais consistentes. A política energética, por exemplo, centra-se na construção de barragens nos rios para efeito de produção de hidrelétricas. Há um evidente desvio dos cursos fluviais com um tremendo e muito danoso impacto natural, especialmente à ictiofauna, e com prejuízos notáveis às comunidades locais. A pobreza, em pouco tempo, aumenta ainda mais.

Os conflitos socioambientais se agudizam. No caso das barragens, as comunidades atingidas vêm seus modos de vida destroçados pelas inundações decorrentes das barragens. Um sistema de interação socioambiental, com laços familiares e de amizade secularmente construídos, desmantelados em consequência de uma nova reestruturação habitacional e espacial. Igualmente, regiões de cobertura vegetal bem preservadas são afetadas e centenas de árvores afogadas, com as graves consequências decorrentes para a biodiversidade. Reflete uma história de medidas

ambientais paliativas e pontuais, sem considerações holonômicas e dialógicas da questão socioambiental.

1. A política ambiental brasileira e os conflitos socioambientais

1.1. Breve histórico da exploração ambiental

No Brasil, fomos e somos afetados por uma “lógica da herança predatória”, encetada já desde os primeiros colonizadores:

Os conquistadores logo perceberam que a exploração direta da natureza seria o principal eixo da busca por riquezas nesta parte da América...A presença da natureza exuberante, porém, manifestada nos cerca de 130 milhões de hectares de Mata Atlântica que cobriam o litoral da nova terra, marcou profundamente a imaginação dos europeus, contribuindo para criar uma imagem paradisíaca que até hoje faz parte de nossa cultura. Isso apesar da realidade concreta de exploração predatória que fez com que nos últimos 500 anos, mais de 93% daquele ‘paraíso’ fosse destruído. Uma extraordinária biodiversidade, em boa parte endêmica, que foi perdida para sempre (Pádua, s/d: 01)

O nome do Brasil é por si mesmo revelatório da implantação de um projeto de consumo indiscriminado e ‘perdulário’ dos recursos naturais, haja vista sua explícita referência ao ‘pau-brasil’, o primeiro elemento natural de exploração comercial em larga escala no país:

O triunfo deste nome, superando o poder ideológico da Igreja Católica, que desejava o de ‘Terra de Santa Cruz, indica simbolicamente que o nascimento e a constituição do país se deu sob o signo de um grande projeto de exploração ecológica. O consumo, quase sempre perdulário, desse capital natural, marcou a formação da economia brasileira em seus diferentes ciclos (id., *ibid.*, loc. cit.)

É esse o sentido que será ditado para o Brasil pelo olhar mercantilista vitorioso, descartando, e por vezes utilizando, os outros olhares possíveis – o da Igreja, o dos viajantes humanistas, o dos colonos interessados num real povoamento. O ato fundador do Brasil, portanto, foi um projeto de exploração predatória da natureza – e esse estigma está entranhado em seu próprio nome (id., 1987: 19¹)

A prática de descuido da natureza, de desprestígio aos recursos naturais, de exploração desenfreada se manteve inalterada ao longo dos séculos de colonização e mesmo depois da independência. Pádua refere-se a alguns eventos sintomáticos do início da colonização, como o ocorrido em 1531, quando Martin Afonso de Souza permitiu a queimada de uma ilha inteira no litoral sudeste apenas por crerem que dela provinha um vento quente ‘causador de febres’. São Vicente, a primeira povoação portuguesa no litoral paulista de 1532, foi tragada pelo mar alguns

¹ Nesta obra, Pádua esmiúça bem as razões da escolha do nome ‘Brasil’ e todas as suas conseqüências tangentes ao processo de exploração e depredação da natureza implantados no Brasil e iniciados desde os seus primórdios, no ato fundador, num capítulo específico intitulado justamente “O nome do Brasil” (cf. id., 1987: 15-25)

anos depois de ser fundada. O porto construído na mesma área dez anos após a fundação foi abandonado em consequência de assoreamento, cujas causas Anchieta atribuiu, com propriedade, à devastação das matas ‘nas elevações próximas ao ancoradouro’. É forçoso concluir com Pádua: “o respeito pelas encostas e espaços de escoamento das águas não parece ter melhorado muito”, de lá pra cá, como fazem notar as costumeiras grandes enchentes de Rio de Janeiro e São Paulo, e os respectivos desmoronamentos de encostas (cf. id., s/d: 03).

Coivaras, monocultura canavieira, engenhos mantiveram a prática de destruição do primeiro ciclo, o do pau-brasil, e tornaram os índices de exploração do ciclo do açúcar ainda mais impressionantes. A Mata Atlântica se viu cada vez mais assolada em sua forma primitiva. Do século XVIII ao século XIX, a prática das queimadas e também do uso da floresta primária para servir de lenha foi mantida praticamente inalterada. E o pior é que modalidades mais inteligentes já se haviam implantado mesmo em outras partes da América, como é o caso do Caribe em que o bagaço da cana servia para alimentar as caldeiras dos engenhos como prática rotineira. No Brasil, para “cada quilo de açúcar produzido queimou-se cerca de 15 quilos de lenha” (cf. Pádua, id., loc. cit.).

O ciclo econômico determinado pela mineração do ouro e dos diamantes não reverteu o quadro de destruição ambiental. Antes o acirrou, agora não só em relação à Mata Atlântica mas também em direção ao Cerrado – mineiro e goiano principalmente.

Encostas foram desflorestadas, desgastadas pela erosão, formando voçorocas (sulcos profundos na terra). Rios foram dragados e tiveram seu curso desviado. Planícies sedimentares foram revolvidas. Até mesmo a poluição do mercúrio, tão tristemente presente nos atuais garimpos da Amazônia, já fazia parte daquela realidade. Calcula-se que pelo menos cem toneladas desse elemento tóxico podem ter sido utilizadas na Minas Gerais setecentista (id., *ibid.*, loc. cit.)

Assim, o que temos é um ciclo sempre renovado de destruição ambiental. As atividades produtivas no Brasil foram sempre tristemente marcadas pelo descaso ambiental, por uma devastação massiva dos recursos ambientais e pela incapacidade de geri-los de maneira racional e adequada. A história socioambiental do Brasil pode ser sintetizada, em tristes linhas, por um mito de progresso ou de projeto civilizatório de aparente prosperidade embasada no esgotamento das fontes naturais seguida de acelerado declínio:

Repetia-se mais uma vez o ciclo normal das atividades produtivas no Brasil. A uma fase de intensa e rápida prosperidade seguia-se outra de estagnação e decadência. Já se vira isso, sem contar o longínquo caso do Pau-Brasil, da lavoura da cana-de-açúcar e do algodão do Norte e nas minas de ouro

e diamante do Centro-Sul. A causa é sempre semelhante: o acelerado esgotamento das reservas naturais por um sistema de exploração descuidado e extensivo (Prado Jr, 1979: 16)

E a consequência, a persistir até os dias atuais na forma de engendramento das políticas públicas, é ainda o do declínio/decadência de fase de ‘intensa e rápida prosperidade’ por conta do esgotamento dos recursos da natureza: “O aumento do IDH (índice de desenvolvimento humano) nos primeiros momentos de expansão da fronteira de exploração dos recursos naturais não se mantém com o tempo e, depois, declina a níveis piores do que antes do desmatamento”, é o depoimento de José Maria Cardoso da Silva (cf. Azevedo, 2005: 73)².

Evidentemente, os índices de exploração variavam segundo as condições tecnológicas de exaurimento dos recursos naturais. Segundo Boff, no século compreendido entre 1850-1950, em razão do avanço tecno-industrial, eliminava-se ao ano uma espécie de árvore. A partir de 1950, a extinção passou a ser de uma espécie ao dia (Boff, 1996:15). Mas no Brasil, a lamentável e óbvia conclusão que se impõe é de uma sempre constante devastação da vegetação natural e dos biomas regionais a ela associados a resultar no esgotamento gradativo dos recursos naturais desde a vinda dos primeiros conquistadores.

1.2. Conflitos socioambientais no Brasil

Consequência natural do longo e desastroso processo depredatório do patrimônio natural é evidentemente o acirramento dos conflitos sociais no Brasil, porquanto, como já pudemos ressaltar, não há exaurimento dos recursos da natureza sem uma elevada contrapartida social que se manifesta na perda significativa de qualidade de vida, de meios de subsistências das populações afetadas, e como sempre, com reflexos mais acentuados sobre as camadas mais empobrecidas da sociedade.

Nesse aspecto se sobressai o papel do frágil estado brasileiro ante a solução dos conflitos. Um estado extremamente marcado pela força das oligarquias e elitização, pelo clientelismo, pelo patrimonialismo, pela baixa consistência dos elementos de regulação social, pelo fraco impacto das políticas públicas, em geral demagógicas e assinaladas por um processo de legitimação social pouco ou nada alicerçado nas aspirações e lutas sociais. Por essas e outras razões, o Estado no

² Cardoso da Silva realizou pesquisa em 57 municípios da Amazônia e seus resultados concordam com a conclusão dos pesquisadores do Imazon, a cruzar informações obtidas em 407 municípios da mesma região. Em ambos casos, nota-se um declínio social acentuado a suceder um breve período de “progresso econômico” decorrente de desmatamento, com significativo aumento da pobreza (cf. Azevedo, 2005: 73)².

Brasil na maioria das vezes só fez reforçar os problemas no campo socioambiental, quando muito abafando-os mediante a repressão e hostilidade da força policial. Vive-se numa *sociedade de risco*, pela Estado de latência ou ebulição dos conflitos em decorrência do descumprimento de promessas que vêm de encontro às expectativas da sociedade.

Nesses termos é que se contextualizam os importantes conceitos elaborados pro Beck: a irresponsabilidade organizada, o Estado de segurança e a explosividade social, procurando qualificar as sociedades de risco pela emergência de novos e problemáticos perigos ecológicos e catástrofes, que descrevem, em síntese, a falência do Estado como modelo de regulação desses novos problemas e a quebra da relação de legitimidade entre suas instituições e as promessas de manutenção de segurança dos cidadãos (Morato Leite & Ayala, 2002: 12)

Os problemas no Brasil se agudizam ao passar do tempo sem nunca serem tocados em profundidade. E o perigo iminente de catástrofes na órbita socioambiental crescem na mesma proporção. A falsa sensação a ocupar espaço em nossas fantasias sociais é que a questão socioambiental, base da nossa investigação, tenha perdido atualidade nos últimos tempos, particularmente após a década de 80. Ao contrário, assumem uma importância cada vez mais acentuada ante o quadro de pobreza, desemprego, desfiliação, concentração de renda tão acentuados entre nós, associados obviamente a políticas públicas paliativas.

A questão básica sobre a relação entre o uso dos recursos naturais e o modelo de desenvolvimento não perdeu, porém, sua atualidade. Ao contrário, os anos 80 observam com toda plenitude a sua reemergência no Brasil. E isso por dois motivos: a modernização capitalista, ao contrário do que previa a profecia de André Rebouças, intensificou, ao invés de extinguir, os problemas de degradação do meio ambiente e mal-estar social do país. Mesmo que se alegue que isso não é culpa do modelo em si, mas sim uma consequência não antecipada (e provisória) do caráter tardio, imperfeito e desigual de sua implementação. Por outro lado, questões como a crise internacional de energia colocaram para muitos a necessidade de repensar o modelo urbano-industrial de desenvolvimento, abrindo espaço para uma vasta literatura sobre a relação entre problemas ecológicas e formas de organização sócio-econômicas (Pádua, 1987: 60)

Sem dúvida o agravamento dos conflitos ambientais não é exclusividade nacional. A tensão permanente subjacente entre um modelo de desenvolvimento de caráter exploratório e depredatório, agravado pela modernização capitalista, e o desprezo por uma organização social sustentável, racional e que atenda as reivindicações básicas das populações (saneamento, moradia, saúde, educação, alimentação...) de modo equitativo é comum a todas as esferas do globo e cada vez mais manifesta o distanciamento social do Norte e do Sul. Água, combustíveis, camada de ozônio, biodiversidade, patrimônio genético natural, poluição, pesca indiscriminada, são alguns dos muitos focos do conflito entre regiões, povos e nações a pulular em toda o planeta (cf. Acserald, 2004: 7-10).

O imbricamento entre conflitos sociais e ambientais tornam indissociável a chave socioambiental de leitura das tensões sociais. Com efeito, “pouco a pouco, pôde-se ir verificando que o cruzamento entre os conflitos sociais e a problemática da apropriação dos recursos ambientais não era meramente circunstancial” (Acseral, *ibid.*: 8). Na América Latina, particularmente, cresce o esforço para criação e disseminação de tecnologias que diminuam o impacto ambiental e intentem a solução dos conflitos de natureza socioambiental. Muitas destas iniciativas são mediadas por instituições sediadas nos países centrais, notadamente as aqui nomeadas como ONGs, cuja ação coincide com uma estratégia de incentivo às iniciativas privadas engendradas pelos organismos financeiros multilaterais, com especial destaque para o Banco Mundial (cf. *id.*, *ib.*: 9-10). Dado por si só eloquente: as ações dessa espécie de instituição não são imunes aos contágios dos grandes interesses econômicos e tampouco denotam uma prática de resolução dos conflitos isenta de dúvidas. Não tenderiam antes a uma pacificação/harmonização dos interesses contrapostos? Muitas vezes, a realidade parece indicar que estão longe de atingir os escopos de uma participação democrática e emancipatória das próprias comunidades envolvidas.

O campo dos conflitos ambientais é também objeto controverso. Acserald (2004) ao desenvolver as diferentes concepções teóricas sociológicas acerca do conteúdo dos conflitos ambientais, conclui pela necessidade de reportá-los a quatro *dimensões constitutivas*: a *apropriação simbólica* e a *apropriação material, durabilidade e interatividade espacial das práticas sociais*. No primeiro espaço, o da apropriação simbólica, “desenvolve-se uma luta simbólica para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital”. Expressões como ‘competitivo’, ‘sustentável’, ‘compatível com a vocação do meio’, ‘ambientalmente benigno’ são modos de afirmação simbólica da apropriação do território ante a questão socioambiental; no segundo espaço, o da apropriação material “desenvolvem-se as lutas sociais, econômicas e políticas pelas apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da distribuição de poder” – embates acerca do impacto socioambiental de hidrelétricas, hidrovias, rodovias, confrontos de seringueiros e latifundiários, disputas de comunidades tradicionais com projetos desenvolvimentistas são ilustrativas desta apropriação material (cf. Acserald, *ib.*: 23). Quanto à durabilidade, remete-se aos “requisitos de continuidade dos modos de apropriação material, ou seja, à possibilidade de continuar existindo a base material de cuja integridade dependem determinadas formas sociais”. A interatividade, por sua vez, diz respeito ao fato de que os “conflitos ambientais opõe atores sociais que desenvolvem

ou propugnam distintas formas técnicas, sociais, culturais e simbólicas de apropriação dos elementos materiais de um mesmo território ou território conexos” (id., *ibid.*: 26)

No Brasil, a dinâmica dos conflitos socioambientais pode ser perscrutada agrupando-os segundo alguns eixos principais:

- *conflitos tangentes à questões étnicas e da constituição dos povos*: são as tensões resultantes dos problemas de apropriação material e simbólica relativa ao embate sócio-cultural de povos e etnias distintas. Marcaram a história do Brasil desde o tempo dos conquistadores e perduram até os nossos dias. Os conflitos entre nativos, como seu modo de vida marcadamente extrativista, e o dos conquistadores, com um projeto eminentemente exploratório, é o típico exemplo deste gênero de conflitos. Mas há outros, de semelhante magnitude, como a expropriação dos negros africanos e a secular marginalização social de seus descendentes na sociedade brasileira; o conflito envolvendo particularmente os imigrantes europeus, desde os conquistadores, e os miscegenados brasileiros (caboclos, mamelucos, cafusos...). O problema ambiental sempre esteve na base dos conflitos uma vez que cada povo/etnia desenvolvia técnicas distintas de relacionamento com o meio e, particularmente, porque envolviam a questão essencial do domínio de terras e sua utilização racional ou não;

- *conflitos envolvendo a organização estatal, com seus projetos desenvolvimentistas, e as comunidades autóctones*: tratam-se também de confrontos de longa data, tantas vezes violentos, em que o modelo da organização central de governo, configurada nas várias modalidades de Estado (ou formas pré-estatais) que se sucederam no Brasil (colônia, império, república) e seus projetos de desenvolvimento nitidamente depredatórios - sem uma efetiva preocupação de povoamento, mas com estímulo à urbanização desenfreada, às formas agrícolas monoculturais e, mais recentemente, à industrialização - , se opunha à vontade coletiva local de manter modos de vida tradicionais e mais adequados ao manejo ambiental, algumas vezes sem consciência explícita disto. Esse gênero de conflitos se agravou com a proposta de povoamento das zonas centrais e da região norte do país, para além do litoral e da zona costeira amplamente povoados;

- *conflitos acerca de projetos empresariais, industriais e tecnológicos de amplitude macroeconômica*: mais recentes na trajetória histórica nacional, decorrentes do período de incremento industrial do país, envolvem por um lado, o fortalecimento do capital empresarial, não raras vezes estrangeiro, com uma prática meramente mercantilista e de esgotamento dos recursos

da natureza, a se opor a práticas de produção artesanal, locais, e mais adaptadas às condições naturais, no lado oposto do confronto;

- *conflitos ambientais sobre os modos de preservação/conservação instrumentalizado em unidades de conservação*: a devastação ambiental, o modo de enfrentamento da destruição mediante o estabelecimento de parques, reservas e outras unidades de conservação é objeto de não poucos embates. Desde José Bonifácio há um projeto social, ainda que marginal no governo e nas elites brasileiras, a contestar as práticas dominantes e sugerir um modelo alternativo de relacionamento com o ecossistema (cf. Pádua, 1987: 26 e ss). Lamentavelmente não prosperou e sempre foi sufocado pelo modo majoritário de convivência destrutiva do meio. Mas permaneceram latentes as propostas de criação de áreas específicas de preservação/conservação, a começar pelos parques, como início da história das unidades de conservação no Brasil. O que nos interessa aqui é que as unidades de conservação, termo recente, enquanto instrumento de preservação/conservação foi e ainda é objeto de não poucos conflitos socioambientais;

- *conflitos socioambientais decorrentes da mercantilização fundiária e da fauna e flora, a reduzir a biodiversidade e a comprometer o patrimônio genético natural*: As políticas fundiárias sempre se embasaram na propriedade privada e individual, a estimular os conflitos de posse de terras em toda a extensão nacional, mesmo de lotes urbanos. Conseqüência: exploração desenfreada da cobertura vegetal nacional, tantas vezes substituída pelas práticas monoculturais ou pela priorização das construções, edifícios, asfaltamento nos modelos de urbanização em franco desprestígio das composições naturais (matas, cerrado, caatinga, florestas...). Algumas das formas de vida existentes no Brasil pré-colonial simplesmente desapareceram. Associado a isto se encontra o fato de uma caça e pesca indiscriminada a emergir no país desde os primeiros povoados operados pelos colonizadores ibéricos e robustecidas pelo comércio de plantas e animais ao longo da história civilizatória. A recente preocupação com o patrimônio natural foi incrementada com o avanço das pesquisas na área da genética. Mas o nosso corpo doutrinal e legislativo sobre o tema ainda é excessivamente acanhado e não permite uma fiscalização adequada e eficiente do patrimônio genético natural. É um eixo conflitivo de discussão crescente.

Outros temas sociais podem convergir para a discussão e são causas relevantes de conflitos socioambientais, como as relações de gênero, o modo de expressão religiosa, os graus de institucionalização dos conflitos, os poderes públicos constituídos e sua relação com o meio, mas penso que todos eles estão de um modo ou de outro contemplados nos eixos supramencionados.

Em suma, nos conflitos ambientais há mais do que um elemento material em disputa configurado na apropriação (base material), mas há também elementos de base cultural, simbólica, de legitimação a concorrem efetivamente para o conflito e sua perpetuação na sociedade. Os elementos não aparecem estanques e dissociados, mas se enfeixam e conjugam de tal maneira que é preciso uma visão holonômica a fim de se reconhecer tanto a sua complexidade quanto as vias possíveis de solução e encaminhamento dos problemas, sem contudo a pretensão de esgotamento das tensões de base, sempre vivas no seio da sociedade. Um projeto de harmonização/pacificação dos conflitos que os desconsidere como inerentes à dinâmica do tecido social está fadado ao insucesso, haja vista que a brasa permanece acesa, ainda que a suponhamos extinta. E é o que parece suceder com o modelo de políticas públicas brasileiras. Supõe-se que os conflitos se resolvam no âmbito jurídico-legislativo - havemos de convir que nossa atual legislação ambiental é bastante arrojada- mas esquece-se justamente que o direito estatal é apenas uma dimensão do problema. Nem sempre a tentativa de conciliação entre os conflitantes expressa a solução mais adequado e, não raras vezes, chega bastante atrasada (cf. Acserald, ib.: 217 e ss).

O problema das hidrelétricas no cerrado do centro-oeste brasileiro expõe, de forma bastante clara, as interface dos conflitos socioambientais decorrentes da pressão econômica e das demandas desenvolvimentistas suscitadas pela forma de relações político-sociais da hegemonia globalizante do capitalismo neoliberal.

2. O cerrado brasileiro como “fronteira” de povoamento e desenvolvimento – consequências socioambientais desastrosas

2.1. As peculiaridades do cerrado

Quando se fala de cerrado brasileiro, há de se convir que não se trata de uma cobertura vegetal homogênea e tampouco restrita a um determinado corpo de biodiversidade natural. É uma vasta área e composição de biodiversidade e sociodiversidade que cobre boa parte do território nacional e que se estende para além dos limites nacionais. “Tradicionalmente visto como um sertão longínquo e inóspito, o bioma cerrado tem um núcleo no Planalto Central do Brasil, que chega a 1,55 milhões de km², estendendo-se pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Maranhão e Piauí” (cf. Theodoro, Leonardos & Duarte, 2002:148)

Todavia, há peculiaridades características que permitem associar neste bioma variadas formas de composição da fauna e da flora, mas com relativa proximidade de vínculos característicos. Quando se fala em Cerrado, em termos nossos e atuais, compreende-se então que assume um significado de dimensões bióticas, antrópicas e sócio-espaciais.

Cerrado é sinônimo de contrastes...bem Brasil. Chuvas torrenciais, bem antes das águas de março, dão lugar a um inverno impiedosamente seco. É preciso saber viver no Cerrado. As plantas, por exemplo, aprenderam a buscar a umidade com suas vastas e profundas raízes. As árvores se defendem com grossas cascas. A geometria da intervenção humana sobressai diante da natureza, que ali é especialmente tortuosa. O Cerrado é a cara do Brasil. Cidades inchadas, favelas, campos arrasados pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas. Idealizado como celeiro que aliviaria a nossa penúria, o cerrado se converteu em grande exportador de víveres. Na mesma proporção em que cresce a produção, aumenta também a degradação, do ambiente e das condições de vida. (Bursztyn, 2002: 9)

Portanto, debalde se tente encontrar definições muito precisas para algo marcadamente contrastante e complexo. Entretanto, sobressaem-se características comuns a definir o cerrado e os cerradeiros. Primeiro, o cerrado enquanto bioma é consequência deste quadro de estações climáticas com uma definição bem maior que o do restante do território nacional. Enquanto no sudeste brasileiro, por exemplo, podemos ter variações climáticas de até 10° num mesmo dia de inverso, no qual chuva, frio e sol se alternam, no cerrado, e especialmente na faixa central do Brasil, há duas estações definidas: a das chuvas e a das secas. Verão com abundância de chuva e inverno extremamente seco. Decorre daí a natureza da cobertura vegetal do cerrado, com sua singular tortuosidade, com predominância arborea arbustiva e com uma fauna muito variada e rica (curicacas, emas, seriemas, araras-canindé e vermelhas, ararinhas-verdes, maritacas, garças-verdes, socós, garçotas, garças-brancas, gaviões-caipira, falcão-peregrino, carcarás, morcegos, lobos-guará, capivaras, macacos-prego, tamanduá-bandeira e mirim, cachorros-do-mato, quatis, raposas, ouriços, jaguatiricas, onças-pardas ou suçuaranas, veado mateiro, veado campeiro, veado mirá e uma infinidade de outros mamíferos, grandes e pequenos, de aves, de insetos, peixes, anfíbios, répteis, ...).

Alguns destes animais são sazonais, de caráter migratório e mais notáveis na estação das secas, como os falcões-peregrinos. Outros, como as canindés, são observáveis mais nas águas. Mas não poucas espécies são endêmicas. Algumas sequer ainda catalogadas. E a maioria delas incide em mais de um região do território nacional, embora componham primorosamente o ecossistema regional. Muitos deles são visados e ameaçados de extinção. Em suma, o que se tem é um bioma

característico com uma vida intensa mas cada dia mais ameaçado por conta da força do crescimento econômico e das pressões do desenvolvimento.

E o cerrado, com suas peculiaridades e desafios naturais, estabelece uma relação típica intensa com quem nele vive. A relação antrópica no cerrado engendra uma sociodiversidade, forma um modo típico de vida: os “cerradeiros”. Mendonça, recorda que os povos cerradeiros não se definem exclusivamente como atributo territorial e tampouco só pelo cultivo de tradições, valores, saberes e sabores específicos de uma região, mas implica numa construção sócio-espacial, num interação simbiótica de homem-natureza. É, portanto, uma expressão de caráter identitário sócio-espacial, relativo ao sentimento de pertença, à consciência de sua diversidade e das diversidades dentro de sua própria unidade, nos contrastes das gentes que constituem os povos cerradeiros (cf. Mendonça, 2004: 326-7)

Infelizmente, com exceção da Amazônia Brasileira e pequena parte do pantanal mato-grossense, todo o restante do território nacional já é zona densamente povoada ou em iminência de crescimento populacional. E o que ocorre é que o cerrado brasileiro foi considerado e é considerado como zona de ocupação, fronteira de desenvolvimento, “celeiro” nacional. (cf. Theodoro, Leonardos & Duarte, 2002:146-149). É o sertão inóspito que deve ser devassado, tornado habitável. Os medos e ansiedades do homem diante do novo, do desconhecido, do distante parece muni-lo também de uma força especial, muitas vezes agressivo-destrutiva, a impulsioná-lo, a torná-lo desbravador, mas também devastador daquilo que se lhe afigura como o ‘inimigo’, por ser diferente, desafiador.

O problema crucial do cerrado brasileiro, decorrente sobretudo da alteração do modo de vida tradicional das comunidades locais, pelo processo de urbanização e industrialização, é acelerada destruição da cobertura vegetal. Tem-se mostrado um dos biomas mais vulneráveis do ecossistema brasileiro e sua diminuição contém índices alarmantes de desmatamento e destruição da biodiversidade.

A ocupação acelerada e desordenada do cerrado reduziu em 48% a cobertura vegetal em consequência do desmatamento. Apenas 1/3 do cerrado se encontra pouco antropizado. Há previsões de que nos próximos anos a devastação no cerrado supere a angustiante cifra do desmatamento da Mata Atlântica (cf. Braga & Pires, 2002: 30³).

³ Essas estatísticas têm também seu embasamento em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (cf. Funatura et al, 1999)

Assim, o cerrado, por suas características peculiares, incorporado originalmente no imaginário coletivo como algo feio, raquítico e fraco, foi depois transmudado em celeiro mundial em virtude de sua participação como gerador de produtos primários. É, então, percebido como um espaço de fronteira, um vazio (cf. id., *ibid.*: 31) a ser preenchido, povoado, urbanizado, industrializado. Os benefícios de caráter econômico não são redistribuídos à sociedade.

E onde reinava a pobreza, hoje reina a miséria, a exclusão, a violência, o crescente tráfico de drogas, o comércio sexual, problemas de saneamento, de infra-estrutura, de favelização e demais mazelas derivadas do chamado “desenvolvimento nacional”. As grandes cidades que compõem o cerrado do centro-oeste brasileiro - Anápolis, Brasília, Campo Grande, Goiânia, Cuiabá - assistem a um inchaço desordenado, a um aumento excessivo dos problemas sociais por conta do despreparo de sua estrutura urbana para a demanda crescente da população (cf. id, *ibid.*: 31-34)

2.2. *As hidrelétricas no contexto da globalização neoliberal e a ameaça ao cerrado*

A problemática das hidrelétricas é associada, no discurso político hegemônico, à necessidade crescente de consumo de energia por parte da população local. Mais do que falaciosa, a argumentação pretende induzir ao pernicioso conformismo das populações com os nefastos prejuízos socioambientais decorrentes das hidrelétricas e a alteração substancial dos destinatários do uso da água em cada região.

Segundo a ONU, somente nos últimos 50 anos, entre 40 e 80 milhões de habitantes, quase sempre camponeses e populações originárias, foram atingidos por inundação de suas terras para fins de construção de diques e barragens (GEO-3: 151). Dos 227 maiores rios do mundo, 60% foram barrados por algum dique nesse período e, ainda em 1998, estavam sendo construídos nada menos que 349 diques com mais de 60 metros de altura em diferentes países do mundo, em grande parte financiados pelo Banco Mundial. (Porto-Gonçalves, 2006: 420)

Recorde-se que o problema ambiental relativo ao uso da água e seus destinatários é demanda que não se restringe apenas a produção hidrelétrica, muito embora nesta haja uma relação muito estreita e evidenciada. As usinas nucleares e termelétricas também utilizam amplamente a água para resfriamento de suas turbinas. O agravante das políticas embasadas nas usinas hidrelétricas diz respeito ao desvio do curso fluvial natural, aos impactos à cobertura vegetal e à população atingida em decorrência das inundações de suas terras objetivando aos diques e barragens. E é justamente este o sistema adotado de longa data no Brasil. As grandes hidrelétricas marcaram o complexo sistema nacional integrado de energia (Urubupungá, binacional Itaipu,

Balbina, Tucuruí, Xingó) (cf. id., *ibid.*: 422), e, mais recentemente, as inúmeras médias e pequenas usinas, de caráter regional, mas com evidente acento de reprodução dos mesmos sistema de política de energia elétrica anterior.

Por outro lado, aqui também se nota o vínculo estreito entre as agências financiadoras internacionais, notadamente o Banco Mundial, e o programa de construção de hidrelétricas. No Brasil, a construção das grandes hidrelétricas retromencionadas foi financiada notamente pelo Banco Mundial (*id, ibid, loc. cit.*). Assim, há um acentuado esforço internacional para que a ampliação do parque industrial nos países periféricos e igualmente das práticas monoculturais agrícolas, visando ao abastecimento dos países centrais. Novamente o elemento econômico e a expansão do capital são o mote da crise socioambiental, agora suscitada pela construção de hidrelétricas.

O agravante na política de produção de energia centrada na construção de hidrelétrica é o evidente investimento de capital público que migra paulatinamente para as grandes corporações que controlam o setor no Brasil. Os programas de eletrificação não raras vezes contaram com a participação de capitais estrangeiros, as agências multilaterais financiadoras (notadamente, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID⁴) e também o capital privado das grandes corporações do setor elétrico.

Neste sentido é muito sugestivo o que sucedeu com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Social), destinado ao fomento da ampliação da infraestrutura nacional. O BNDES no Brasil “foi convertido num operador local das estratégias de reestruturação e privatização dos setores de infra-estrutura” (Sauer, 2002:137). E a infraestrutura concernente às hidrelétricas é espaço eminentemente público, ao lado da saúde, da segurança nacional, da educação, do transporte coletivo, da diplomacia (cf. Carvalho, 2002: 111).

Deste modo, há uma confusão entre o público e o privado como motriz de um política macroeconômica de caráter privatizante. As hidrelétricas comparecem como peças essenciais desta engenhosa configuração sócio-política em vista da auferição de lucros dos empresas sediadas nos países centrais e das grandes corporações existentes nos países periféricos. O capitalismo, cuja

⁴ Estas instituições lideraram o implemento das práticas hiperliberais decorrentes do “Consenso de Washington” – conjunto de prescrições e diretrizes entabuladas em 1989 no evento ocorrido na capital norte-americana, por força dos governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, de inspiração macroeconômica monetarista, cujo principal expoente é a escola da escolha racional liderada por Milton Friedman, a contrapor-se desacreditar as políticas de pleno emprego de base keynesiana da década anterior. As práticas neoliberais da década de 80 tiveram incisiva repercussão na economia mundial, mediante a ideologia da globalização – enquanto “estratégia de poder das nações industrializadas” e, visivelmente, no contexto latino-americano (cf. Sauer, *op. cit.* 135-6 e Carvalho, 2002:114)

gênese e manutenção, está vinculada ao poder do Estado, é o mesmo que exige que o Estado se abstenha de suas funções precípuas e estratégicas, num notável enfraquecimento no campo social, para que manifesta sua vitalidade quando associado às forças macroeconômicas e o serviço ao capital.

E a situação vai se agravando na medida que aprofundamos os custos e responsabilizações sociais. A repartição dos benefícios e custos acentua ainda mais as injustiças sociais em consequência do descontrole estatal dos benefício hauridos mediante a maximização de lucros do setor privado:

No entanto, a atual política energética é essencialmente voltada para o lucro dos agentes privados. No caso do setor elétrico, não se prevêem sequer mecanismos que obriguem as empresas privatizadas a avaliar e a contabilizar de modo justo os custos sociais e ambientais de suas atividades. E nem se faz referência às obrigações que têm, de cobrir os custos dos programas de preservação ambiental, utilizando para isso parte do lucro operacional. Assim, em benefício da maximização dos lucros de grupos privados, a sociedade poderá ser onerada por programas ambientais que, quando as empresas eram estatais, tinha seu custeio coberto por uma fatia dos lucros brutos. (Carvalho, *ibid.*: 112)

Se não bastasse, pois, a privatização gradativa da propriedade dos bens relativos àquilo que faz parte da infraestrutura social de responsabilidade pública, há ainda a responsabilização social, e consequentemente pública, das mazelas ambientais causadas pelas empresas privatizadas.

A produção de energia e seu consumo é tema altamente vinculado à questão ambiental. Mesmo as formas mais “limpas” de produção de eletricidade implicam em impactos ambientais. A redução, economia ou conservação dos usos energéticos, por outro lado, redundam em benefício ambiental. Nos países desenvolvidos, os sistemas hidrelétricos são estatais, de responsabilidade das empresas públicas. “Só o Estado pode controlar e assumir a responsabilidade pelo bom uso das bacias hidrelétricas” (cf. Carvalho, *op. cit.* : 114). Mas o que vale no centro lamentavelmente não vale na periferia. Ao contrário, a exploração aqui é maximizada, e visa justamente a fortalecer as economias centrais. Uma política energética pública demanda planejamento integrado, operação centralizada, continuidade, análise consistente, monitoramento. Não é, no mais das vezes, a tendência das políticas sociais brasileiras e dos países de economia similares, nitidamente exploratória-exportadora. A maioria das nossas políticas públicas ainda são marcadas pelo clientelismo, pelo imediatismo, descontinuidade, ações pontuais e imediatas, curativas e não preventivas. A questão energética não é exceção.

Assim o frágil equilíbrio do bioma cerrado é altamente ameaçado pelos muitos projetos de construção de barragens. A região centro-oeste tem sido palco destas intervenções constantes. A usina prevista para a Serra do Facão, na região sudoeste do estado de Goiás, em que nos debruçamos atualmente, é protótipo da tragédia sócioambiental iminente. Um das mais bem preservadas zonas do cerrado goiano, e, por consequência, do cerrado brasileiro, está prestes a ver boa parte de sua cobertura vegetal inundada pelas águas da represa das águas do rio São Marcos. Uma bem entrelaçada trama social, com lavradores que vivem por geração em suas terras, com vida modésta mas abundância de víveres para sobrevivência, será atingida pela barragem. Uma rica biodiversidade e sociodiversidade ameaçadas por conta de um projeto malfadado de geração de energia hidráulica.

Mas não é a única. Há previsão de um número elevado de barragens (mais de 80) a serem construídas só no estado de Goiás e no distrito federal, por força do caráter acidentado da geografia do planalto central brasileiro, composto de diversas e elevadas queda d'água com grande potencial energético.

E a construção de barragens é foco de tensão social. Emergem problemas por conta da justa insatisfação dos atingidos, da resistência das populações locais quando conscientizadas, da negociação muitas vezes frustradas das indenizações sociais, da má distribuição dos custos sociais e ambientais, da pressão antrópica sobre as zonas urbanizadas do entorno, e, sobretudo, da ganância desenfreada das corporações do setor elétrico no afã de maximização de lucros em detrimento do meio ambiente e da população local. Novamente o problema sociambiental está no centro dos conflitos sociais hodiernos.

3. Conclusão

A política sociambiental relativa ao cerrado e à construção de hidrelétricas na região central do Brasil padece de um mal generalizado nas políticas públicas de meio ambiente no Brasil e na América Latina: subsiste uma lógica de depredação, de destruição, de exploração e de acúmulo capitalista. A idéia propagada da necessidade de desenvolvimento e de progresso subjacente às estratégias governamentais é incapaz de perceber o declínio social e a pobreza decorrentes de uma aparente prosperidade econômica. Os conflitos sociais se agudizam. Inexiste uma compreensão holonômica, integrada, dialógica da relação homem-natureza. As hidrelétricas, enquanto política

enérgica, depende das variações climáticas, particularmente do volume das chuvas da região. Assim, a ampliação descuidada e assistemática de construção de barragens com o fim de produção de energia não é só contraproducente em termos sociais, mas também o é em sua dimensão econômica. As repercussões urbanas e rurais são desastrosas, com a desagregação das famílias, desmantelamento do *modus vivendi* das comunidades locais, inchaço das cidades, especulação imobiliária, problemas sanitários, incremento da prostituição, violência e tráfico de drogas, desmantelamento, perda significativa da biodiversidade e do patrimônio genético natural, afogamento de árvores, destruição de cobertura vegetal bem preservada, enfim, uma longa trama de consequências e devastações socioambientais. O preço a se pagar é alto demais em vista de um benefício proporcionalmente irrelevante, ou quando significativo, a favorecer somente pequeníssima parcela da população, sob a evidente bandeira dos interesses econômicos e especulativos das grandes empresas, muitas vezes corporações internacionais, do setor elétrico.

Referências bibliográficas:

- ACSELRAD, H. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AZEVEDO, S. “O mito do progresso: estudo inédito em 407 municípios da Amazônia mostra que desmatamento, a longo prazo, piora a vida da população” *In: Época*, n. 380, agosto/2005: 73-74.
- BRAGA, M. L. S.; PIRES, M. O. “Parques ecológicos e população no distrito federal: à procura da ‘natureza’ e do lazer”. *In: DUARTE, L. M. G. ; THEODORO, S. H. (Orgs). Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 27-56
- BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres**. São Paulo: ed. Ática, 1996.
- BURSZTYN, M. “A cara do Brasil – prefácio”. *In: DUARTE, L. M. G. ; THEODORO, S. H. (Orgs). Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 9-11
- CARVALHO, J. F. “Construção e desconstrução do sistema elétrico brasileiro”. *In: BRANCO, A. M.(org). Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 97-116
- FUNATURA ET AL. **Ações prioritárias para a conservação da biodiversidade do cerrado e pantanal**. Brasília: MMA, 1999
- MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2004 – tese de doutorado.
- MORATO LEITE, J. R.; AYALA, P. A. **Direito ambiental na sociedade de risco**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.
- PÁDUA, J. A. (org.). **Ecologia e Política no Brasil**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ, 1987.
- _____ “A ‘mente monocultural’ e a ocupação autoritária do território brasileiro”. *In: Revista FASE*, n. 99, dez./fev. 2003/2004, p. 6-12.
- _____ **500 anos de destruição ambiental no Brasil**. Texto produzido para a WWF Brasil. s/d.
- PRADO JR C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1979.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAUER, I. L. “Energia elétrica no Brasil Contemporâneo: a reestruturação do setor, quesotes e alternativas”. *In*: BRANCO, A. M.(org). **Política energética e crise de desenvolvimento: a antevisão de Catullo Branco**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 117-226

THEODORO, S. H.; LEONARDOS, O. H.; DUARTE, L. M. G. “Cerrado: o celeiro saqueado”. *In*: DUARTE, L. M. G. ; THEODORO, S. H. (Orgs). **Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002, p. 143-176.